



SPES

Socialidade, Pobreza(s) e Exclusão Social



PROJECTO SPES 2014 . 2020



INSTITUTO JURÍDICO
FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



PROJECTO

No momento em que a economia social é apontada pela ONU como um dos “Objectivos para o Milénio”, em que a União Europeia apresenta estratégias para o crescimento e para superação da crise, baseadas no empreendedorismo social, e em que Portugal aprova uma lei da economia social, afigura-se-nos urgente aprofundar este tema de enorme relevo social, que não tem merecido muita atenção por parte dos juristas. É neste contexto que surge o Projecto de Ensino, Investigação e Desenvolvimento SPES – Socialidade, Pobreza(s) e Exclusão Social, integrado nas actividades do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

No âmbito da estratégica delineada pelo Grupo de Investigação Crise, Sustentabilidade e Cidadanias, foi decidido promover um projecto de trabalho sobre este tema, baseado em duas dinâmicas complementares: (i) uma, interna, destinada a aprofundar o trabalho em grupo entre os investigadores, e que passa pela coordenação dos programas de algumas disciplinas do mestrado científico em Direito, pela coordenação dos trabalhos de investigação dos mestrandos e, sobretudo, pelo novo Programa de Doutoramento em Direito: “*Estado Social, Constituição e Pobreza*”; e (ii) outra, externa, orientada para a disseminação de conhecimentos e para o intercâmbio com a Sociedade, através de diversas iniciativas em que se procura associar os investigadores, mestrandos e doutorandos ligados a este projecto com investigadores de outras Faculdades nacionais e estrangeiras, bem como com os representantes das instituições que integram os diversos sectores económicos.



EQUIPA DE INVESTIGADORES

**INVESTIGADOR RESPONSÁVEL DO GRUPO CRISE,
SUSTENTABILIDADE E CIDADANIAS**

José Carlos Vieira de Andrade

INVESTIGADORES

Fernando Alves Correia

Rui Moura Ramos

Anabela Miranda Rodrigues

Rui de Figueiredo Marcos

José Casalta Nabais

Vital Moreira

Jónatas Machado

José Manuel Aroso Linhares

António Vieira Cura

João Carlos Loureiro

Alexandra Aragão

Pedro Caeiro

Francisco Ferreira de Almeida

Suzana Tavares da Silva

Fernanda Paula Oliveira

Paula Veiga

Ana Raquel Moniz

Sara Moreno Pires

Cláudia Santos

Licínio Lopes Martins

SEMINÁRIO

A ECONOMIA SOCIAL e CIVIL:
um retrato prático e perspectivas
teóricas – que caminhos de futuro?

7.março.2014 | Sala 9 dos Gerais



SPES

Socialidade, Pobreza(s) e Exclusão Social

9.30H • REGISTO DOS PARTICIPANTES E ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO

9.45H • SESSÃO DE ABERTURA

Membro do projecto SPES | João Carlos Loureiro
Presidente do Instituto Jurídico | Rui Moura Ramos
Director do FDUC | António Santos Justo

10.15H • OS DADOS DA SOCIALIDADE EM PORTUGAL E NO QUADRO DA UNIÃO

Moderador: Rui Moura Ramos
Paulo Chitas

11.00H • PAUSA PARA CAFÉ

11.15H • COMENTÁRIO DOS RESULTADOS

Moderador: Rui Moura Ramos
Miguel Morgado
Francisca Sansfield Cabral

12.00H • DEBATE

12.30H PAUSA PARA ALMOÇO

14.00H • O PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA SOCIALIDADE

Moderador: José Manuel Cardoso da Costa
José Carlos Vieira de Andrade
Gulherme d'Oliveira Martins

15.00H • DEBATE

15.45H • SUSTENTABILIDADE(S): ENTRE O FISCO E A SEGURANÇA SOCIAL

Moderador: Fernando Alves Correia
José Casalta Nabais
Fernanda Ribeiro Mendes

16.45H • DEBATE

17.30H • ENCERRAMENTO

Inscrições: www.fd.uc.pt/spes



INSTITUTO JURÍDICO
FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



SEMINÁRIO

A ECONOMIA SOCIAL E CIVIL:
enquadramento normativo
e dimensões praxiológicas

11.abril.2014 | Sala 9 dos Gerais



SPES

Socialidade, Pobreza(s) e Exclusão Social

9.15H | REGISTO DOS PARTICIPANTES E ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO

9.30H | SESSÃO DE ABERTURA

Presidente do Instituto Jurídico | Rui Moura Ramos
Director do FDUC | António Santos Justo

10.00H | SOLIDARIEDADE SOCIAL E SUBSIDIARIEDADE

António Barbosa de Melo
COMENTÁRIO E DEBATE: Presidente da União das Misericórdias Portuguesas | Manuel Lemos

10.45H | ENQUADRAMENTO TEÓRICO-DOG MÁTICO DA ECONOMIA SOCIAL E CIVIL E POBREZA(S)

João Loureiro
COMENTÁRIO E DEBATE: Presidente do Cáritas | Eugénio José da Cruz Faria

11.30H | CIDADANIA SOCIAL E ECONOMIA SOCIAL E CIVIL: UM REGISTO JURISPRUDENCIAL

Ana Raquel Maniz
COMENTÁRIO E DEBATE: Responsável pela Fundação Maniz e Presidente da GRACE - Grupo para a reflexão e cidadania empresarial | Paulo Guimarães

12.15H | ALMOÇO

14.30H | PROBLEMAS DE TRIBUTAÇÃO DA ECONOMIA SOCIAL E CIVIL

Suzana Tavoras do Sivo
COMENTÁRIO E DEBATE: Presidente da Fundação Eng. António de Almeida | Fernando Aguiar-Branco

15.15H | A ORGANIZAÇÃO CORPORATIVA DA ECONOMIA SOCIAL E CIVIL

Maria Elisabete Ramos | Duolinda Aparício Meira
COMENTÁRIO E DEBATE: Presidente da Direcção da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social | Eduardo Manuel Fernandes Gago

16.30H | PROBLEMAS DO FINANCIAMENTO E DA CONTRATATAÇÃO PÚBLICA DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SECTOR

Ana Paula Queilhos | Lídio Lopes Martins
COMENTÁRIO E DEBATE: Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade | André Lino Matos (a confirmar)

17.45H | SÍNTESE CONCLUSIVA

Inscrições: www.fd.uc.pt/spes



INSTITUTO JURÍDICO
FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

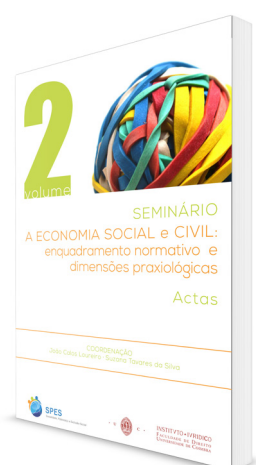


PUBLICAÇÕES



Actas do Seminário A economia social e civil:
um retrato prático e perspectivas teóricas —
que caminhos de futuro?

Em publicação



Actas do Seminário A economia social e civil:
enquadramento normativo e
dimensões praxiológicas

Em publicação



ESTUDOS
Economia Social e Fiscalidade

Em publicação



PROGRAMA DE DOUTORAMENTO

Constituição, Política e Escassez (CPE)

João Carlos Loureiro
João Nogueira de Almeida
Licínio Lopes Martins

Transtatalidade e Sustentabilidade (TS)

Rui Moura Ramos
Vital Moreira

Programa de Doutoramento em Estado Social, Constituição e Pobreza

Ciclo de Colóquios

Direito Fundamentais e Estado Social (DFES)

José Carlos Vieira de Andrade
José Casalta Nabais
Fernanda Paula Oliveira
Ana Raquel Moniz

Constituição, Política e Crise (CPC)

Fernando Pinto Bronze
José Manuel Aroso Linhares
António Vieira Cura
Suzana Tavares da Silva



Calendário dos Colóquios

JANEIRO DE 2015

2 ^a FEIRA	3 ^a FEIRA	4 ^a FEIRA	5 ^a FEIRA	6 ^a FEIRA	SÁBADO
		7.JAN 10h · 13h CPE 14.30h · 17.30h TS	8.JAN 10h · 13h DFES 14.30h · 17.30h CPC	9.JAN 10h · 13h CPE 14.30h · 17.30h CPC	
12.JAN 10h · 13h DFES 14.30h · 17.30h CPC	13.JAN 10h · 13h CPE 14.30h · 17.30h TS	14.JAN 10h · 13h DFES 14.30h · 17.30h CPC			
		21.JAN 10h · 13h CPE 14.30h · 17.30h TS	22.JAN 10h · 13h CPC 14.30h · 17.30h DFES	23.JAN 10h · 13h CPE 14.30h · 17.30h TS	
26.JAN 10h · 13h DFES 14.30h · 17.30h CPC	27.JAN 10h · 13h CPE 14.30h · 17.30h TS	28.JAN 10h · 13h DFES 14.30h · 17.30h CPC	29.JAN SEMINÁRIO INTERNACIONAL	30.JAN SEMINÁRIO INTERNACIONAL	



Conteúdos

CONSTITUIÇÃO, POLÍTICA E ESCASSEZ (CPE)

João Carlos Loureiro

I – ROTEIRO CONCEITUAL

1. Constituição e constitucionalismo(s)
2. Política(s): política (politics) e políticas (policies)
3. Escassez(es): memória, tipologia e esferas
4. Socialidade(s): em torno de uma noção

II – POLÍTICA, SOCIALIDADE E ESCASSEZ

1. Circunstância(s)
2. Articulações
 - 2.1. Política(s) e socialidade
 - 2.2. Política(s) e escassez
 - 2.3. Socialidade e escassez
 - 2.4. Política, socialidade e escassez
3. Espaços
4. Tempos

III – CONTRIBUTO PARA UMA DOGMÁTICA DA ESPECIAL ESCASSEZ

1. Mitologia(s) da modernidade
 - 1.1. Metanarrativa emancipatória
 - 1.2. Progresso
2. Traduções
 - 2.1. Constituição dirigente e princípio da proibição do retrocesso ou da evolução social reacionária
 - 2.2. Crítica: linhas de força de um novo paradigma
3. Campos de experimentação
 - 3.1. Previdência: o sistema público de pensões
 - 3.2. Saúde: A questão do racionamento

João Nogueira de Almeida

ESCASSEZ E REDISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO

1. Escassez e eficiência na produção
2. Escassez e distribuição
3. A distribuição através dos preços
4. A redistribuição através dos impostos
5. Os valores que sustentam a apropriação pública e a redistribuição dos bens
6. Distribuição do rendimento operada no mercado: salários, rendas, juros e lucros

Licínio Lopes Martins

A ADMINISTRAÇÃO DA ESCASSEZ

I – O DIREITO ADMINISTRATIVO DA ESCASSEZ

1. Os bens (e serviços) públicos como bens escassos
2. A teoria económica dos bens públicos, a teoria da escolha pública e o princípio de selectividade
3. A escassez e a reforma da Administração Pública: da Administração do bem-estar à Administração da escassez
4. A escassez e os serviços públicos essenciais
5. Escassez e racionamento administrativo de bens e serviços públicos
6. A decisão administrativa num contexto de escassez e os custos de oportunidade (o princípio da ponderação custos/benefícios)
7. A escassez e a Administração do risco (os princípios da precaução, da eficiência e da sustentabilidade)
8. A escassez, as autorizações e concessões públicas e os actos (administrativos) constitutivos de direitos
9. A escassez e a programação da actividade administrativa: a discricionariedade de planeamento/programação e de implementação de políticas públicas
10. O contrato como instrumento de regulação da escassez (em especial, do acesso a bens e serviços públicos)
11. A escassez e o princípio da concorrência
12. A escassez e a actividade regulatória do Estado
13. A escassez e o instituto da responsabilidade civil da Administração
14. A Administração da escassez e o controlo jurisdicional das decisões administrativas

II – A ADMINISTRAÇÃO DA ESCASSEZ NA JURISPRUDÊNCIA

1. A jurisprudência do Tribunal Constitucional
2. A jurisprudência do Tribunal de Contas

TRANSESTATALIDADE E SUSTENTABILIDADE (TS)

Rui Moura Ramos

O RELACIONAMENTO ENTRE OS DIFERENTES SISTEMAS JURÍDICOS

1. O enfoque tradicional: a perspectiva centrada no ordenamento estadual e a definição, por este, do sistema de relação com os demais sistemas jurídicos. Os diversos modos de recepção dos sistemas jurídicos estranhos à ordenação estadual considerada. Situações de tipificação mais frequente: os ordenamentos estaduais estrangeiros, o direito internacional e o direito canónico.
2. A alteração de perspectiva provocada pelo aparecimento da ordem jurídica comunitária. O facto deste sistema jurídico ter chamado a si a definição do seu relacionamento com os ordenamentos dos Estados-Membros. Natureza jurisprudencial desta solução e termos da sua aceitação pelas ordens jurídicas dos Estados-Membros.
3. A importância dos órgãos jurisdicionais neste contexto. A fragmentação da ordem internacional e a proliferação de jurisdições internacionais. A definição da sede do relacionamento entre as diversas ordens jurídicas pelas distintas jurisdições. Problemas daí decorrentes.
4. A integração numa ordem jurídica global e o seu entendimento pelas diversas instâncias jurisdicionais: exemplificação com a tensão entre as liberdades económicas e os direitos sociais. Hipóteses de construção sistémica. O caso da ordem jurídica da União Europeia: dissociação da ordem social e da ordem económica *versus* possibilidade de uma construção conflitual.
5. Ensaio de síntese.

Vital Martins Moreira

O OBJECTIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA POLÍTICA ECONÓMICA INTERNACIONAL DA UNIÃO EUROPEIA

1. Introdução ao tema: globalização económica e desenvolvimento sustentável
2. Liberalização do comércio internacional e desenvolvimento no quadro da OMC
3. O precedente dos Estados Unidos: a cláusula laboral no “sistema de preferências generalizadas” e os dois acordos complementares do NAFTA (North American Free Trade Agreement) sobre questões laborais e ambientais
4. A competência da UE no domínio do apoio ao desenvolvimento e das relações económicas externas
5. A adopção da noção de “desenvolvimento sustentável” por parte da UE
6. A “revolução” do Tratado de Lisboa
7. O regime das “preferências comerciais generalizadas” da UE e o desenvolvimento sustentável
8. Os acordos bilaterais de liberalização comercial da UE e o desenvolvimento sustentável
9. Balanço e perspectivas

DIREITOS FUNDAMENTAIS E ESTADO SOCIAL (DFES)

José Carlos Vieira de Andrade

I. Os Direitos Sociais na Ordem Jurídica Portuguesa

1. O regime constitucional dos direitos económicos, sociais e culturais
2. A crise económica e financeira e os problemas do controlo judicial da constitucionalidade das medidas políticas de austeridade
3. O futuro próximo do Estado Social: a adaptação do conceito de direitos sociais e as grandes linhas normativas de definição da “socialidade”.

II. A prática Judicial dos Direitos Sociais na Ordem Jurídica Global

1. A jurisprudência alemã, italiana e espanhola
2. A jurisprudência húngara
3. A jurisprudência europeia
4. A jurisprudência brasileira
5. A jurisprudência dos países do *common law*

José Casalta Nabais

1. O *contrato social* base dos direitos e deveres fundamentais
 - 1.1. A ideia de contrato social no séc. XVIII/XIX
 - 1.2. A sua redescoberta no séc. XX: John Rawls
 - 1.3. O seu questionamento pela ideia de justiça de Amartya Sen
2. Uma *teoria geral* dos deveres fundamentais
 - 2.1. O esquecimento dos deveres no séc. XX
 - 2.2. Os deveres como categoria autónoma
 - 2.3. Fundamento e noção dos deveres fundamentais
 - 2.4. O regime dos deveres fundamentais
 - 2.5. As relações dos deveres fundamentais com os direitos fundamentais
3. Os deveres fundamentais como os *custos dos direitos*
 - 3.1. Todos os direitos têm custos públicos
 - 3.2. O estado fiscal
 - 3.2.1. A ideia de estado fiscal
 - 3.2.2. A exclusão de um estado patrimonial
 - 3.2.3. A falsa alternativa de um estado «taxador»
4. A ideia de cidadania fiscal na era da globalização
 - 4.1. A ideia de cidadania fiscal
 - 4.2. Os deveres fundamentais na actual globalização

../cont.

Fernanda Paula Oliveira

DIREITO À HABITAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO DOMÍNIO DO DIREITO À HABITAÇÃO

1. O direito à habitação como um direito social: configuração constitucional
2. Os problemas da habitação em especial nas cidades e as políticas públicas de concretização do direito à habitação
3. A relação entre o direito à habitação e o direito do urbanismo: o princípio da sustentabilidade social.

Ana Raquel Moniz

DESAFIOS ÉTICOS PARA OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ESTADO SOCIAL DE DIREITO DEMOCRÁTICO

I – Os direitos fundamentais como “proclamações éticas” no Estado social

1. A anterioridade dos direitos fundamentais relativamente às formas de organização das sociedades: a imposição à comunidade internacional e aos Estados nacionais
2. Direitos fundamentais, ética e sistema jurídico
3. Os direitos fundamentais no quadro da revalorização da vinculação do Estado a *public values*

II – A projecção da dogmática dos direitos fundamentais na actual conjuntura política, económica e social

1. Democracia e cidadania
2. Solidariedade e escassez
3. Privacidade e tecnologias de informação
4. Abertura das fronteiras e titularidade de direitos por cidadãos estrangeiros
5. Segurança e terrorismo
6. Eficácia externa e autonomia privada

CONSTITUIÇÃO, POLÍTICA E CRISE (CPC)

Fernando Pinto Bronze

A REALIZAÇÃO JURISDICIONAL DO DIREITO

Parte I - O exercício judicativo-decisório

1. O sentido da metodologia jurídica
2. A racionalidade envolvida
3. O esquema metódico implicado
4. O problema constitucional da legitimação das decisões judiciais

José Manuel Aroso Linhares

A REALIZAÇÃO JURISDICIONAL DO DIREITO

Parte II - Jurisdição e unidade metodológica

- Faz hoje sentido uma tese de unidade metodológica?
- O desafio aberto pelo problema da prova.
- O desafio aberto pela autonomização dos casos difíceis.
- Uma tentativa de resposta, na qual se enfrenta também o problema da relação juridicidade/constitucionalidade

cont./

./cont.

António Vieira Cura

REPÚBLICA ROMANA, DEMOCRACIA E CRISE

- I. *Res publica* romana e democracia: em torno da existência ou inexistência de democracia (*civitas popularis*) em Roma.
- II. A constituição política republicana: a sua configuração primitiva e as suas transformações.
- III. A crise da constituição republicana e as suas causas (políticas, económicas e sociais).
- IV. Fundamentos republicanos da moderna teoria política e constitucional.

Suzana Tavares da Silva

CONSTITUCIONALISMO(S) E SUSTENTABILIDADE POLÍTICA

I. Constitucionalismo(s) e política

1. A limitação do poder, a separação de poderes e a emergência do quarto poder
2. A separação de poderes revisitada: dimensões de concretização prática
3. Os novos titulares do poder: *government*, *governance* e *guidance*
4. O desenvolvimento económico e a democracia numa perspectiva comparada: os sistemas liberais, os sistemas sociais de mercado, o capitalismo regulatório e o capitalismo autoritário (*Asian Values approach to governance*)

II. Sustentabilidade política

1. A pós-democracia
2. As insuficiências e os riscos da democracia directa e da democracia electrónica
3. Dimensões e concretizações da *accountability*
4. A transparência, a simplificação e a cidadani



INSTITVTO-IVRIDICO

O PROJECTO NO FUTURO

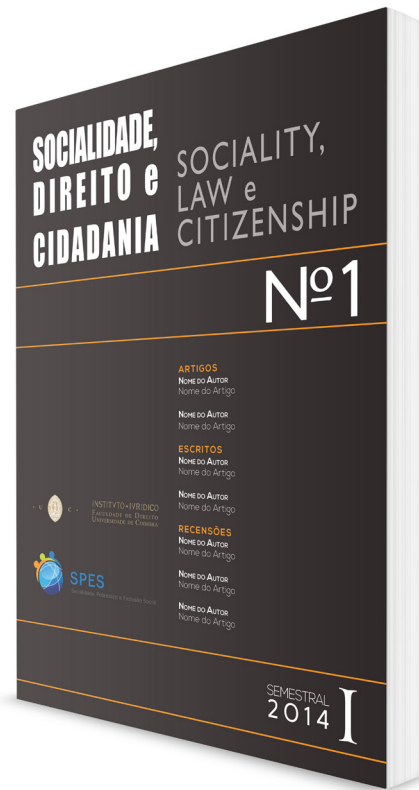
NO ENSINO...

- Programa Anual de Doutoramento
- O Ensino no 2º Ciclo (Mestrados)
- Ciclo anual de Colóquios de Janeiro
- Seminário Internacional Anual

NA INVESTIGAÇÃO...

- Sustentabilidade(s) dos Sistemas Sociais
- Novas cidadanias
- Crise do Direito
- Internormatividade e Sistemas Jurídicos Complexos





PUBLICAÇÕES

- Socialidade, Direito e Cidadania (Revista Semestral)
- Teses: Doutoramento e Mestrado
- Monografias
- Actas dos Colóquios e Seminários
- Ensaaios

SPES | SOCIALIDADE, POBREZA(S) E EXCLUSÃO SOCIAL
Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
Pátio da Universidade | 3004-545 Coimbra | PORTUGAL

Tel: +351239859801 | Email: spes2013@fd.uc.pt